

_comunica



Parmis

PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A equipe técnica do Laboratório Interdisciplinar Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade - MARéSS / FURG, por intermédio do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) tem a satisfação de apresentar a quinta edição da coletânea de oito boletins informativos. O "Comunica PARMIS" é uma novidade dinâmica de informação, criada com o objetivo de nos aproximar ainda mais da sociedade e divulgar ações e resultados do Projeto PARMIS. Tenha uma ótima leitura!



_comunica PARMIS

Geração de Trabalho e Renda em sua relação
com o território, no contexto da mitigação
de impactos socioambientais

Boletim 5





UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

_comunica PARMIS

Geração de Trabalho e Renda em sua relação
com o território, no contexto da mitigação
de impactos socioambientais

Boletim 5

Expediente

Coordenação Geral:

Tatiana Walter

Editoria de Conteúdo:

Gabriel Henrique Silva das Dôres

Gabriel Henrique Silva das Dôres

Juliana O. Melo

Patricia Tometich

Tatiana Walter

Editoria Gráfica:

Cristiane Netto Costa

Giovani Hober Ghiggi

Leon Gonçalves

Vania Pierozan

Seleção de acervo:

Venine Oliveira dos Santos

Patricia Tometich
Juliana O. Melo
Tatiana Walter
Gabriel Henrique Silva das Dôres
Bianca Kernbeis dos Santos
Vania Pierozan
(organizadores)

_comunica PARMIS

Geração de Trabalho e Renda em sua relação
com o território, no contexto da mitigação
de impactos socioambientais

Boletim 5



Rio Grande
2024

© Patricia Tometich, Juliana O. Melo, Tatiana Walter, Gabriel Henrique Silva das Dôres, Vania Pierozan
2024
Design da capa, projeto gráfico e diagramação: Vania Pierozan
Ilustrações: Vania Pierozan, Giovanni Hober Ghiggi
Revisão: Bianca Caetano, Cristiane Netto Costa

Ficha catalográfica

C741 _ comunica PARMIS: geração de trabalho e renda em sua relação com o território, no contexto da mitigação de impactos socioambientais: Boletim 5 [Recurso Eletrônico] / Organizadores Patricia Tometich... [et al.]. – Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2024.

30 p. : il. color.

Outros Organizadores: Juliana O. Melo, Tatiana Walter, Gabriel Henrique Silva das Dôres, Bianca Kernbeis dos Santos, Vania Pierozan.

Forma variante título: Comunica PARMIS: geração de trabalho e renda em sua relação com o território, no contexto da mitigação de impactos socioambientais: Boletim 5

Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>

ISBN 978-65-5754-210-1 (eletrônico)

1. Pesca 2. Territórios Pesqueiros 3. Vulnerabilidade Socioambiental 4. Turismo 5. Sustentabilidade I. Tometich, Patricia II. Melo, Juliana O. III. Walter, Tatiana IV. Dôres, Gabriel Henrique Silva das V. Santos, Bianca Kernbeis dos VI. Pierozan, Vania VII. Título.

CDU 304:639.2

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

Os textos publicados neste boletim - no que se refere ao conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo - são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Conclusões de Aninha Cora Coralina

Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho, e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar novo rancho e comprar suas pobrezinhas.

O homem ouviu. Abriu a carteira tirou uma cédula, entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou, se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?

Donde se infere que o homem ajuda sem participar e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar."
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linha, o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse o desvalido não morreria de fome?
Conclusão: Na prática, a teoria é outra".



_editorial

Falar em **geração de trabalho e renda (GTR)** associada à chegada da exploração e produção de petróleo e gás, em meio marítimo, pode passar a ideia de oportunidade para quem vive nas zonas costeiras, seja pela expectativa de novos empregos nas empresas que se instalam, seja em outras atividades que venham a se desenvolver a partir da sua presença. Isso pode levar outras pessoas a migrarem para essas regiões, buscando oportunidades de trabalho. Mas o que identificamos quando voltamos nossa atenção também para as atividades econômicas que tradicionalmente são desenvolvidas nesses territórios, aquelas que são passadas de geração em geração, como a pesca artesanal? Os espaços ocupados pela indústria petrolífera, a movimentação marítima em torno desses empreendimentos, bem como todos aqueles negócios que nascem com ele, podem causar prejuízo para as comunidades pesqueiras? Essa é a discussão que vamos iniciar nesta quinta edição do Comunica Parmis. Para tal, associamos a promoção de trabalho e renda pelos PEA ao debate sobre segurança territorial. Como primeiro passo, vamos abordar o que é território pesqueiro.

A Geração de Trabalho e Renda (GTR) consiste no estímulo à criação ou expansão de atividade econômica por meio de pequenas unidades produtivas que podem assumir forma cooperativa, associada ou individual.



**Saiba mais:
Acesse o vídeo
sobre Geração de
Trabalho e Renda.**

_Território Pesqueiro

Território pesqueiro é um conjunto de localidades que viabilizam o processo produtivo, bem como a reprodução física e social de pescadores(as) artesanais, inter relacionando áreas de captura (pesca e coleta); áreas para armazenamento e manutenção de petrechos; áreas de embarque/desembarque de pescado; trajetos com suas embarcações; áreas de moradia; e locais de manifestações culturais e ritos religiosos da comunidade pesqueira.

Considerando-se este conceito, é importante lembrar que as comunidades podem se reconhecer de formas diferentes e, ainda assim, habitarem um território pesqueiro. Comunidades quilombolas, caiçaras ou indígenas, que tenham a pesca artesanal como parte de seu modo tradicional de reprodução da vida, estando localizadas na costa, inserem-se em um território pesqueiro.



_Interferências na dinâmica do trabalho no território pesqueiro

Imaginando tudo o que significa um território pesqueiro, já podemos pensar de uma forma um pouco diferente sobre a relação entre os empreendimentos da cadeia de petróleo e gás e a geração de trabalho e renda. Esse entendimento evidencia um uso e ocupação de espaços marítimos, terrestres e atmosféricos que tradicionalmente acontecem antes da instalação desses empreendimentos. Então, a pergunta que precisamos fazer é: como uma nova atividade econômica de um grande empreendimento industrial interfere na ocupação tradicional de um território pesqueiro?




Projeto Mulheres na Pesca - Quissamã - RJ

No Brasil, verificam-se relações de trabalho temporárias e de baixa remuneração, a exemplo do que acontece na Baía de Campos, onde uma pesquisa em 13 municípios do litoral fluminense identificou que uma boa parte dos postos de trabalho abertos em decorrência da cadeia de produção de petróleo e gás foi temporária, informal e com remuneração entre 1 e 3 salários mínimos. Mesmo que os empregos gerados fossem permanentes e bem remunerados, ainda se estaria lidando com as interferências na dinâmica sociocultural do território, ou seja, são atividades diferentes das tradicionalmente exercidas pelas comunidades costeiras.

A identidade de pescador(a) artesanal é mais do que uma atividade econômica, é um modo de vida transmitido entre gerações, que inclui sim o aspecto econômico, mas não se limita a ele. Assim, nosso questionamento precisa considerar as tradições e os saberes presentes nos territórios antes da interferência de um grande empreendimento industrial.





Outras pesquisas mostram que grupos sociais podem ter seus meios de sustento ameaçados e seus modos de vida alterados a partir da ação da indústria do petróleo, como é o caso dos grupos dedicados à pesca artesanal. É importante lembrar que a inserção da indústria petrolífera na Bacia de Campos ocorreu na década de 1970, período em que vivíamos a ditadura militar, quando a sociedade não participava de decisões sobre as políticas públicas e que ainda não existia o licenciamento ambiental como instrumento da política ambiental, impactando no baixo atendimento de obrigações desta indústria, como as relacionadas às comunidades pesqueiras dos municípios do Litoral Norte Fluminense e Região dos Lagos.

Assim, o incentivo a processos de geração de trabalho e renda que os PEA vêm desenvolvendo ao longo dos últimos 10 anos nesta região está articulado a estas obrigações, sendo relevante na reestruturação de processos produtivos das comunidades.



**Saiba mais sobre
participação social
no Boletim 4
Comunica PARMIS.**



_e quais são os principais impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás sobre os territórios pesqueiros?

Para falarmos do papel dos PEA na geração de trabalho e renda e no apoio à segurança territorial, é importante, anteriormente, conhecermos os principais impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás sobre os territórios pesqueiros:

- alteração no regime tradicional de uso e ocupação;
- aumento da insegurança na permanência de comunidades pesqueiras no território;
- diminuição do consumo de pescado;
- diminuição do estoque pesqueiro;
- aumento da insegurança para a navegação;
- perda do território pesqueiro e/ou acesso a áreas de pesca;
- perda e/ou diminuição da identidade histórico-cultural, do sentimento de pertencimento ao território e dos saberes tradicionais;
- a redução da atividade turística de base comunitária;
- sobreposição de área de circulação de pesca;
- adensamento populacional;
- alteração da beleza cênica;
- aumento de acidentes marítimos (colisão entre embarcações);
- aumento de perda e/ou danos a equipamentos de pesca;
- especulação imobiliária;
- perda e/ou diminuição da qualidade de vida (doenças crônicas, distúrbios psicológicos).



Acervo Maréss - Macaé - RJ



_ se o peixe vai... a vida vai...

A centralidade e transversalidade do peixe no território pesqueiro fica ressaltada em falas sobre os impactos que as comunitárias e os comunitários vivenciam:

"interferência no peixe tem interferência na minha vida."

Homem, caiçara, 42 anos

Esse mesmo pescador artesanal falou sobre a especulação imobiliária entendendo que, mesmo que os valores ofertados pelos terrenos sejam atrativos, sair de seu território e abandonar o seu modo de ser e viver não é uma alternativa – *"a pessoa não se vende, entende?"*.



_a quais fatores de vulnerabilidade socioambiental as comunidades pesqueiras estão sujeitas?

É relevante compreendermos características estruturais da nossa sociedade que também se verificam em parte das comunidades pesqueiras`. Estas características as tornam mais vulneráveis à incidência dos impactos da indústria petrolífera. São elas:

- o alijamento político;
- a destituição de renda;
- a carência de equipamentos e serviços públicos;
- a ausência de mecanismos de proteção aos territórios necessários à reprodução social de povos e comunidades tradicionais;
- o racismo ambiental;
- a desigualdade de gênero.

Acervo Maréss - São João da Barra - RJ



Para saber mais:
consulte o Boletim 3
Comunica PARMIS
sobre Vulnerabilidade
Socioambiental.

_ tirando a gente do território

Como mencionamos, os impactos da indústria do petróleo incluem tanto a ocupação de espaços antes usados pelas comunidades como os acidentes - a exemplo dos vazamentos de óleo - que interferem na natureza.

"As pessoas estão sendo expulsas do território de uma forma sutil. Antigamente vinha, como eu tava te falando com o trator, olha sai fora daí essa terra é minha. Hoje tem muitas coisas envolvidas todo mundo com sapatinho, roupa de cordeiro. Então chega lá. O próprio petróleo mesmo tá tirando a gente de todo território no sentido de que se tiver um derramamento aqui."

Homem, caiçara, 42 anos

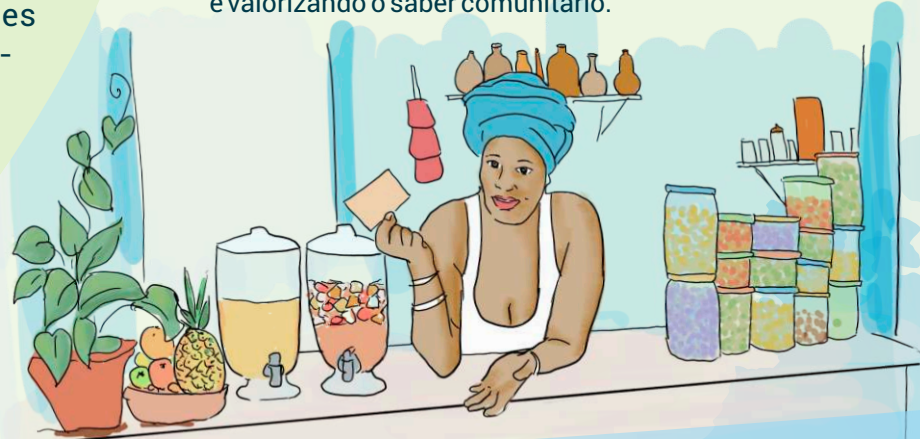


PEA concretizam iniciativas de geração de trabalho e renda!

Identificamos que na atuação dos PEA vem sendo possível destacar a criação de pequenos empreendimentos, e encontramos relatos que mencionam as atividades voltadas para a Pesca Artesanal e ao Turismo de Base Comunitária (TBC) nesses 10 anos que compreendem a nossa investigação. Importante esclarecer que esses PEA se fundamentam em processos educativos alicerçados na **Educação Ambiental Crítica** e, por isso, a geração de trabalho e renda acontece mediada por processos coletivos em que a organização comunitária é um elemento central.

educação ambiental crítica

A educação ambiental crítica tem caráter de formação política e cidadã, promovendo a reflexão sobre as condições de vida como parte do processo social. Seu processo educativo favorece a superação das relações de poder, buscando garantir o exercício da cidadania, principalmente de pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioambiental. Essa vertente da educação ambiental tem uma relação próxima com a educação popular, afastando-se da ideia de transmissão de conhecimento e valorizando a capacidade humana de criação e transformação da realidade, buscando promover a autonomia, a liberdade valorizando o saber comunitário.



_conhecimento construído coletivamente

A GTR quando mediada por ações de Educação Ambiental crítica vai, assim, valorizar a construção coletiva de saberes, no sentido de fornecer não um negócio pronto, não um negócio qualquer, mas construir as condições de melhoria na renda dentro da atividade tradicionalmente desenvolvida no território em questão, de forma que o processo de construção seja um processo de aprendizagem.

“
o PEA faz [...] a geração e renda familiar, porque é dos pescadores, tanto do continente quanto quem pesca no mar, quem pesca na água doce. E eles ensinam, ele te dá a vara para você pescar, ele vai te ensinando [...] eles montam uma estufa, eles montam um frigorífico, essas coisas assim. Mas não monta sozinho, você vai construindo isso junto [...] então você vai aprendendo. ”

Mulher, preta, 54 anos



_partilhas

Manter as tradições e construir alternativas de GTR que sejam coerentes com os modos de vida que passam de geração em geração não significa estar fechado a partilhas. Os PEA promovem processos educativos em que o conhecimento é socializado entre diferentes grupos sociais. Uma alternativa viável para comunidades costeiras que vem sendo desenvolvida em diferentes regiões do país é o **turismo de base comunitária (TBC)**.

"É com o processo educativo, a gente tem dentro do PEA algumas ações que traz o fortalecimento. A gente tem os intercâmbios que trabalham o TBC. Hoje nós estamos trabalhando muito a questão do TBC nas comunidades, então a gente faz muita partilha. Então nessa partilha a gente traz grupos de pessoas com experiências de vários territórios com o local e a gente faz toda a essa construção."

Homem, pardo, 36 anos

_turismo de base comunitária

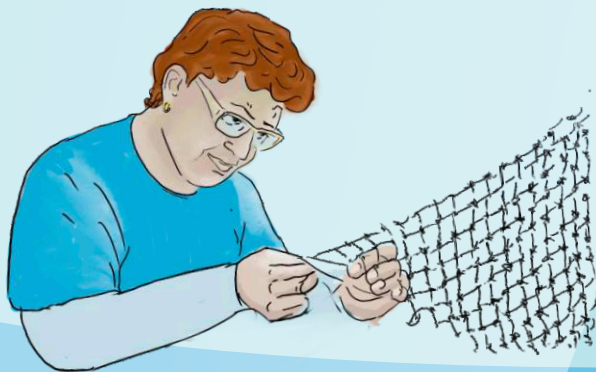
Turismo de base comunitária pode ser compreendido como aquele em que o visitante experimenta outros modos de vida, valorizando uma relação de harmonia entre turista e comunidade visitada. Diferente do turismo de massa, em que grandes investidores transformam os espaços para ofertar atrações turísticas, no caso do TBC é a comunidade que decide, de forma coletiva, como se dará a visitação e a organização dos espaços para atender aos turistas. Ou seja, a comunidade participa do processo de planejamento, estruturação do turismo e sua execução.



Mulheres na Pesca - Quissamã - RJ

_trabalho associado, reaproveitamento de recursos e comida limpa

A Educação Ambiental crítica tem entre suas premissas a construção da cidadania, favorecida pela organização comunitária, para fortalecer as lutas por direitos e o acesso a espaços de decisão. Nesse sentido, a criação de associações e, no contexto da GTR, a valorização de atividades coletivas, é um aspecto importante que vem sendo desenvolvido pelos PEA.



" O projeto incentivou que se criasse uma associação de mulheres, um dos resultados dele é a organização mesmo das mulheres, elas enquanto coletivo. "

Mulher, branca, 62 anos

" Veio professores para ensinar a fazer pizza. Teve um professor ensinando a fazer o quibe de peixe (...) sobre o reaproveitamento do peixe (o que faz com a pele do peixe, como pode utilizar quando for fazer óleo). Teve também agora a horta, aprendendo a plantar ali e da nossa própria colheita fazer comidas naturais. "

Mulher, negra, 25 anos



_conhecimento: ampliando horizontes

Os processos educativos contemplam, também, conhecimentos específicos de gestão de negócios, como a formação de preços e os controles financeiros, os estudos de mercado, a criação de novos produtos e/ou novos negócios e o planejamento das atividades para a garantia de melhor aproveitamento do trabalho.

"Eu fui a criadora do turismo Etnoecológico da minha comunidade, do grupo de Ciranda também, fui a criadora do grupo de Ciranda. Temos uma cozinha aqui Quilombola, onde a gente faz o passeio com turista, aluno de escola."

Mulher, branca, 62 anos

"O plano de negócio foi uma melhoria muito grande, porque a gente tem a mente às vezes um pouco fechada, então, as reuniões, as conversas, acabam abrindo a nossa mente. No verão agora, meu sogro pesca, meu concunhado, meu esposo só pesca quando desembarca. Então, eles pescando, tipo camarão, a gente pegou e fez empadinhas e vendemos no verão. E vendemos muito! Então, tipo, foi uma coisa de retorno, lei de retorno, foi o plano de negócio que ensinou. Ensina conta, a gente tira a porcentagem e a gente acaba lucrando mais, porque geralmente a gente pega e gasta aquilo que faz, e depois tem que tirar do próprio bolso para colocar no material e acaba não tendo retorno nenhum. Então, teve uma melhoria muito grande."

Mulher, negra, 25 anos

_construindo alternativas dentro das tradições

A vivência presente nos relatos apresentados nos mostra que a atuação dos PEA na GTR, mediada pela educação ambiental crítica, vem permitindo a criação de empreendimentos familiares, também de empreendimentos coletivos, buscando a valorização cultural, as tradições e assim construindo alternativas coerentes com o modo de vida das pessoas que habitam os territórios impactados pela ação da cadeia de petróleo e gás. Os PEA levam conhecimento relevante sobre a criação e a gestão dos negócios, apoiando o processo de construção lado a lado, "construindo junto".



_nem toda linha pega peixe

Há algumas dificuldades nos processos de GTR, como manter as pessoas mobilizadas e atuantes dentro dos PEA, e isso acontece pela necessidade imediata de obter renda, ou seja, o tempo que leva a efetivar a geração de renda pode não ser o mesmo tempo da urgência das pessoas que são convidadas a participar do processo.

Queremos destacar, ainda, a importância de construir garantias de permanência no uso e ocupação do território. Como você leu ao início deste boletim, um território pesqueiro (ou qualquer outro território tradicional) é mais do que o espaço em que se desenvolve uma atividade econômica, e sua delimitação não é apenas física, ela precisa considerar a reprodução da cultura, das tradições no uso e ocupação do espaço pelas comunidades tradicionais.

territórios ameaçados

A pesca artesanal tem uma dinâmica que ultrapassa o espaço marítimo, pois enquanto atividade econômica não se encerra com a captura do peixe - há o espaço necessário para as embarcações atracarem e descarregarem o pescado, o local do beneficiamento, o espaço de comércio, e esses ficam em terra. É preciso garantir a sustentabilidade dos empreendimentos comunitários, em termos da sua permanência nos espaços tradicionais. Há vários relatos de ameaças pela apropriação por empreendimentos de apoio à cadeia produtiva de petróleo e gás e pela especulação imobiliária, aliada à falta de mecanismos de defesa para enfrentá-la. Também se fala na redução do espaço para a pesca e da quantidade de peixes, da pressão nos serviços públicos pelo aumento populacional, entre outros impactos reconhecidamente decorrentes da atuação da indústria petrolífera.

Na costa brasileira, observamos uma visível ameaça à segurança dos povos tradicionais no que se refere à sua permanência no território. Então, um aspecto muito importante que deve estar ao lado da GTR é a segurança de permanecer no território, afinal, um negócio constituído com base em tradições e costumes de um território precisa desse território para fazer sentido.

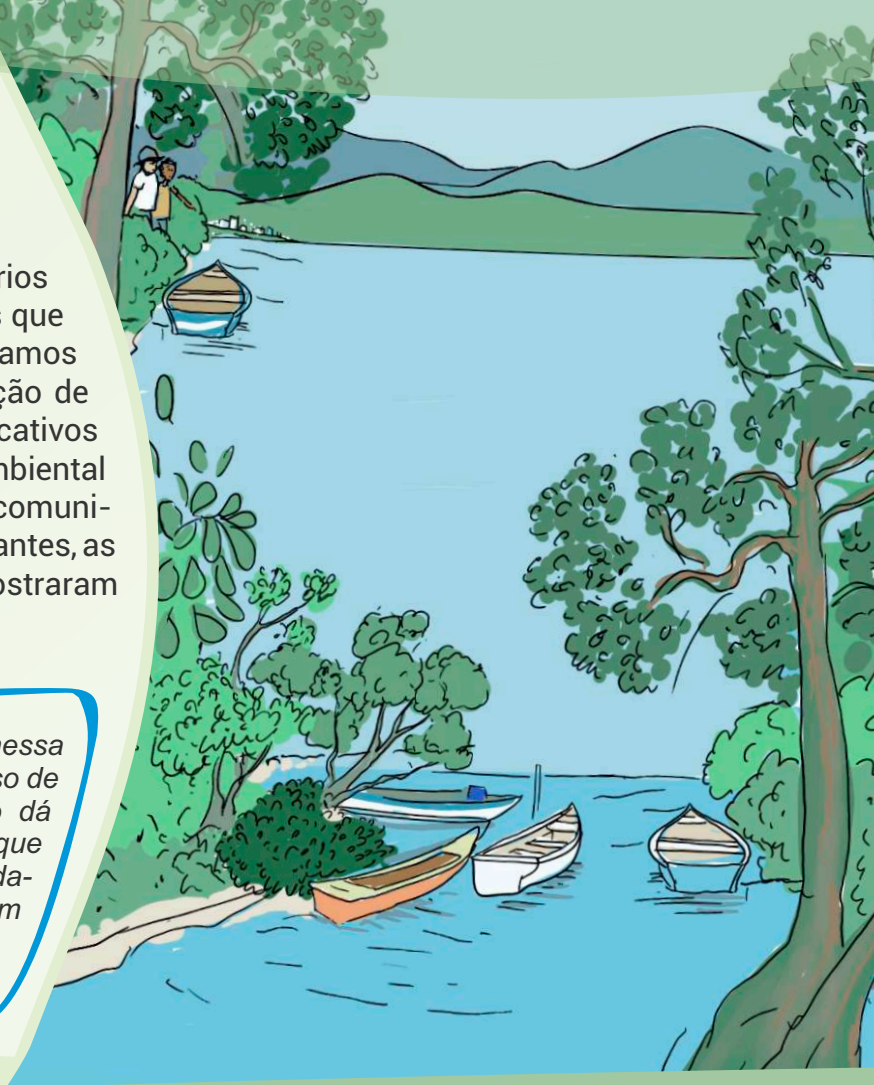


_ territórios esquecidos e territórios não (re)conhecidos

A insegurança de permanência nos territórios da costa está presente nas comunidades que visitamos ao longo da pesquisa. Identificamos atividades dos PEA no apoio à construção de alternativas, dentro dos processos educativos realizados. Uma vez que a educação ambiental crítica busca levantar as demandas das comunidades para a construção de saberes relevantes, as questões de regularização de terras se mostraram presentes nas atividades dos PEA.

“ Há mais de 5 anos que o INCRA não vem nessa comunidade. E isso se intensifica no processo de luta interna. Porque só a associação não dá conta. É preciso do apoio do estado. Aí o que acontece, junto vem a colonização da comunidade. Aí vem a justificativa: eles não conseguem se virar, então eles não precisam de terra.”

Homem, quilombola, 51 anos



*"Minha comunidade gostaria muito de demarcar um território [...] a gente viu várias possibilidades e Resex era a mais próxima [...] a gente pediu um **TAUS** e surgiu inclusive, uma conversa para a gente criar algo no sentido das comunidades tradicionais caiçara que não tem, que é o território caiçara, assim como tem terra indígena, assim como tem quilombo, a gente gostaria de trabalhar isso para futuro que seria o território caiçara. (...)"*

Homem, caiçara, 42 anos



_Termo de Autorização de Uso Sustentável

TAUS é a sigla para "Termo de Autorização de Uso Sustentável", outorgado pela União para comunidades tradicionais que ocupem ou utilizem: I - áreas de várzeas e mangues enquanto leito de corpos de água federais; II - mar territorial, III - áreas de praia marítima ou fluvial federais; IV - ilhas situadas em faixa de fronteira; V - acrescidos de marinha e marginais de rio federais; VI - terrenos de marinha e marginais presumidos.

_ segurança para os territórios

Os conflitos envolvendo a permanência nos territórios precisam ser considerados nos programas voltados à mitigação dos impactos socioambientais da cadeia petrolífera. Nesse sentido, buscamos formular uma ideia de segurança territorial, inspirada na definição de gestão territorial do campo da geografia.

Compreendemos, a partir desse olhar, que a segurança territorial é a garantia de permanência no território de uso e ocupação tradicional, considerando a manutenção dos costumes e valores, da organização comunitária, dos meios e modos tradicionais de reprodução da vida. Ou seja, a garantia de permanência para uso e ocupação do território envolve aspectos econômicos e socioambientais, considerando a relação dos povos tradicionais com a natureza.

para saber mais:
acesse o vídeo sobre
conflitos ambientais
em comunidades
pesqueiras



_considerações finais

Neste boletim pudemos refletir sobre o contexto da GTR no âmbito dos PEA que pesquisamos. Vimos que os processos educativos foram capazes de construir conhecimentos relevantes e promover a GTR respeitando os saberes e fazeres tradicionais e construindo coletivamente, de modo a favorecer a autonomia das comunitárias e dos comunitários envolvidos. Pudemos, também, perceber a importância de um olhar mais atento aos territórios, no sentido de promover a segurança de permanência das comunidades em seus lugares de origem.

Por fim, deixamos a reflexão de que a educação ambiental crítica é importante para o apoio à segurança territorial, já que essa segurança não depende apenas da formalização de posse ou de propriedade de um espaço. Ela envolve:

- o reconhecimento sobre os impactos;
- lidar com os conflitos socioambientais ligados a estes;
- atuar na preservação e conservação ambiental;
- apoiar a organização comunitária e;
- endereçar as demandas por políticas públicas que possam contribuir com todos esses processos.



Acompanhe nossos conteúdos
também nas redes sociais!



Editora e Gráfica da FURG
Campus Carreiros
CEP 96203-900
editora@furg.br

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União. PORTARIA N° 89, DE 15 DE ABRIL DE 2011. Publicada no D.O.U de 16 de abril de 2010 (fls. 91 e 92). Disponível em https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/PORTARIA_SPU_89_2010_TAUS_comunidadestradicionais.pdf Acesso em 20.julho. 2023.

CARDOSO, E. S. Conhecimento, política e território na pesca artesanal brasileira In: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (Org.). Geografia & Pesca Artesanal Brasileira. Belém: GAPTA/UFPA, 2019, v. 2, p. 289-311.

CORALINA, C. Vintém de cobre: meias confissões de Aninha, 1ª ed. digital, São Paulo: Global Editora, 2012, p. 115.

Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda. Brasília : Fundação Banco do Brasil ; São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/guia-de-geracao-texto-final.pdf>

LOUREIRO, C. F.; LAYRAGUES, P. P. Ecologia Política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013

SAMPAIO, C.A.C. et al. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e Chile. In: SANTOS, C.H.S.; BASSANESI, M.M.R. Turismo e Redes: um novo caminho para a organização no início do século XXI. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

SILVA, Juliana Marsico Correia da; BOZEELI, Reinaldo Luiz; Santos, Laísa Freire dos; LOPES, Alexandre Ferreira. Impactos Ambientais da Exploração e Produção de Petróleo na Bacia de Campos, RJ. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008 Brasília - DF – Brasil. Disponível em Exploração e Produção de Petróleo - Impactos Ambientais da Exploracao e Producao | Docsity Acesso em 15.jan.2022.

SOUSA, Cássio Noronha Inglez de. Gestão Territorial - conceitos fundamentais. IN: SOUSA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. (Orgs.) Gestão territorial em terras indígenas no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Unesco, 2012.

TAKAHASHI, Naila de Freitas; WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres. A trajetória da construção das diretrizes dos Planos de Compensação da Atividade Pesqueira: 2002 a 2021. IN: WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLU, Jéssica Fischer (Org.) Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais. Rio de Janeiro: Pod, 2023.



Acervo Maréss - Campos dos Goytacazes - RJ

Realização:



Parmis
PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR
MARÉSS
MAPEAMENTO EM AMBIENTES,
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE



FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE



TE
TRIDENT ENERGY

A realização do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA*.